



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2020

ARP nº. 63/2020

PROCESSO nº. 0001605-21.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 29/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **BONIN & BONIN LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **29.004.099/0001-81**, com sede na Av. Dois de junho, nº. 2354. Bairro Centro. CEP 76.963-864. Cacoal – RO (Ponto de referência: em frente à Igreja Matriz). Telefone(s): 69 99370.5794, assim como pelo E-mail(s): licitacao@boninepis.com.br, neste ato representada por **ENRICO MORENO BONIN**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1221276 – SSP/RO e CPF nº. 034.221.682-14, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. - Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Valor R\$ Unit	Quant	Vlr Total R\$
01	Item 19 do Edital. FITA ADESIVA. Fita adesiva, material pvc, tipo auto-adesiva, largura 50 mm, comprimento 30 m, cor vermelha, aplicação para demarcação. Marca: PLASTCOR.	Rolo 30m	17,60	1120	19.712,00
Valor total da ARP, R\$					19.712,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 20 (vinte) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União - CEP: 76.805-859 – Porto Velho/RO, mediante agendamento, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega por meio dos telefones da SEALM: (69) 3211-2268 / 2092 / 2051/2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e a Fiscalização deste objeto serão realizadas pelos titulares da COMAP, SEALM e SAMS, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 14 de outubro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

ENRICO MORENO BONIN
Pela Adjudicatária Fornecedor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

Roberto Cavalcanti

CPF: 255.812.874-49

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ENRICO MORENO BONIN, Usuário Externo**, em 14/10/2020, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/10/2020, às 10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 15/10/2020, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 16/10/2020, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001605-21.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 28/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de material permanentes. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 210 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Diretoria-geral, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI** via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal durante as Eleições 2020.

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico referente a pretendida contratação, a qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 150/2020 - PRES/DG/AJDG ([0564651](#)).

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2020 ([0538624](#)) no Diário Oficial da União – DOU nº 148, de 04/08/2020 ([0566565](#)). Contudo, a fim de regularizar a publicação infrutífera no Diário de Justiça Eletrônico - DJE do TRE-RO ([0566566](#)), foi suspenso o Pregão Eletrônico em comento ([0566573](#) e [0566574](#)) e reaberto o seu prazo em 07/08/2020, juntamente com sua publicação no DJE nº 153, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0568277](#)).

04. Na sequência houve um pedido de esclarecimento sobre a medida ou modo de fornecimento do objeto, prontamente respondido pelo Pregoeiro ([0569775](#)) e foi protocolada uma 1 (uma) impugnação ([0570068](#)), julgada procedente ([0571717](#)), e que originou alteração do TR ([0570315](#)), conforme Despacho nº 1246/2020 – PRES/DG/GABDG ([0570926](#)).

05. Diante disso, o Edital do PE nº 29/2020 foi republicado com as alterações nos seus anexos em 24/8/2020 ([0574280](#)), após sua análise e aprovação por esta unidade, como se verifica no Parecer Jurídico nº 168/2020 – PRE/DG/AJDG ([0573334](#)). Nesta reabertura de prazo, houve apenas um pedido de esclarecimento ([0580496](#)).

06. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas (0580496[0580496](#));

b) propostas das licitantes ([0583203](#), [0583205](#), [0583207](#), [0583209](#), [0583212](#), [0583213](#), [0583221](#), [0583224](#), [0583224](#), [0583225](#), [0583228](#), [0583230](#), [0583235](#), [0583238](#), [0585381](#), [0585383](#), [0585384](#), [0586217](#), [0586689](#), [0586704](#), [0592326](#), [0593740](#), [0594754](#) e [0596278](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Documentos complementares as propostas ([0585382](#), [0585621](#), [0585790](#), [0586694](#), [0586697](#), [0588705](#) e [0593739](#));

d) manifestações das unidades técnicas - SEALM e SAMES - quanto aos documentos mencionados ([0584737](#), [0585401](#), [0585574](#), [0586710](#), [0586923](#), [0589016](#), [0592538](#), [0592770](#), [0593768](#) e [0595408](#)); e

e) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0596282](#), [0596283](#), [0596286](#), [0596288](#), [0596289](#), [0596290](#), [0596293](#) e [0596295](#)).

07. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0596484](#)), Resultado por Fornecedor ([0596485](#)), Termo de Adjudicação ([0596486](#)) e comprovante de publicação do Resultado de Licitação no Diário Oficial da União - DOU e ao Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0598230](#)).

08. Por fim, em seu relatório ([0596738](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0596763](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0568277](#) e [0574280](#)).

10. Na publicação do aviso ([0568277](#) e [0574280](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao

Edital: Inicialmente, 01 (um) pedido de esclarecimento sobre a medida ou modo de fornecimento do objeto, prontamente respondido pelo Pregoeiro ([0569775](#)), e 01 (uma) impugnação ao edital apresentada pela empresa BETANIENED COMERCIAL EIRELI, a qual, em síntese, questionava a dispensa da exigência de apresentação de registro do produto perante a ANVISA, com fundamento legal no art. 9º da RDC nº 356, de 23/03/2020. Após consultar a unidade técnica ([0570312](#)), o pregoeiro julgou procedente a impugnação ([0571717](#)), resultando na retificação do edital. Após republicação deste com as modificações pertinentes, houve 01 (um) pedido de esclarecimento, sendo devidamente respondido ([0580496](#));

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0583239](#)) e na ata do certame ([0596484](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no relatório de ocorrências, conforme subitem 5.3 do Relatório nº 61/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0596380](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os 3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas ASTRA CIENTIFICA EIRELI - item 7 ([0596282](#)), BONIN & BONIN LTDA - item 19 ([0596283](#)), INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PLASTICAS EIRELI - itens 4 e 14 ([0596286](#)), JRP REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI - item 11 ([0596288](#)), ONADIR SERRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUNIOR - item 10 ([0596289](#)), SUNHAUS LTDA - itens 1 e 13 ([0596290](#)), T A - INDUSTRIA E FACCAO DE ARTIGOS PARA O VESTUARIO LTDA - item 2 ([0596293](#)) e STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI - item 5 e 6 ([0596295](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito ([0596494](#)), e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0596484](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação, e, nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18 (cotas reservadas para ME/ EPP), também poderão ser adjudicados aos licitantes vencedores das cotas principais.

16. Segundo o § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15, o edital deverá prever a possibilidade de adjudicação ao vencedor da cota principal ou, caso haja recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado na cota principal, quando não houver vencedor para cota reservada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. No caso em tela, o **Edital nº 29/2020, em seu subtópico 8.13**, traz a seguinte regra:

8.13. Na hipótese de não haver vencedor(es) para as cotas reservadas para ME/EPP (itens 13, 14, 15, 16, 17 e 18 do objeto), estas poderão ser adjudicadas ao(s) vencedor(es) da(s) cota(s) principal(is) (itens 01, 04, 05, 06, 07 e 10 do objeto, respectivamente) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

18. Embora haja esta previsão, o pregoeiro relata que os objetos fracassados referentes a cotas reservadas poderão ser adjudicados às licitantes vencedoras das cotas principais apenas nos autos, uma vez que existe inviabilidade do sistema Comprasnet de operacionalizar a assunção da cota reservada pelo vencedor da cota principal em licitação para formação de registro de preço ([0596738](#)).

19. Alerta, ainda, que caso essa seja a opção escolhida, já estão presentes nos autos a concordância expressa das vencedoras quanto adjudicação aos itens 15, 16, 17 e 18, conforme eventos [0596714](#), [0596718](#) e [0596732](#).

20. Nesse sentido, tendo em vista a determinação contida no § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/c subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020, a autoridade competente poderá adjudicar, nos autos, as cotas reservadas fracassadas às licitantes vencedoras das cotas principais.

21. Quanto aos demais hipóteses aplicadas a todos os itens fracassados, **caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a unidade demandante deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por este setor, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

22. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

23. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93”** (sem grifo no original).

25. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

26. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

27. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;

d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;

e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

28. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

29. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

30. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0596486**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

31. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar:

a) nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18, pela adjudicação destas cotas reservadas fracassadas às licitantes vencedoras das respectivas cotas principais, com fulcro § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/c subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020, observados o interesse público da contratação; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

32. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 08/10/2020, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 08/10/2020, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001605-21.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Adjudicação e homologação – Pregão Eletrônico nº 29/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de equipamentos de proteção Individual - EPIs

DESPACHO Nº 1656 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por esta Diretoria-geral, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proteção individual - EPI via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal durante as Eleições 2020 ([0540830](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico n. **29/2020** ([0573888](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0596484](#)); o Resultado por Fornecedor ([0596485](#)); Relatório nº 61/2020 ([0596738](#)); Termo de Adjudicação ([0596486](#)) e publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0598230](#)).

Foram apresentados 2 (dois) pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos pelo Pregoeiro (([0569775](#) e [0580496](#)) e, uma impugnação ao Edital ([0570068](#)), que foi julgada procedente pelo Pregoeiro, resultando na alteração do Edital e na sua republicação ([0571717](#)).

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 05.431.736/0001-38 - ASTRA CIENTIFICA EIRELI, item 7, valor R\$ 102.931,40; 29.004.099/0001-81 - BONIN & BONIN LTDA, item 19, valor R\$ 19.712,00; 33.656.835/0001-53 - INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PLASTICAS EIRELI, itens 4 e 14, valor R\$ 118.547,55; 63.772.925/0001-70 - JRP REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI; item 11, valor R\$ 995,00; 23.935.375/0001-49 - ONADIR SERRATO JUNIOR, item 10, valor R\$ 53.840,00; 26.648.951/0001-65 - SUNHAUS LTDA, itens 1 e 13, valor R\$ 52.578,00; 35.927.779/0001-70 - T A - INDUSTRIA E FACCAO DE ARTIGOS PARA O VESTUARIO LTDA, item 2, valor R\$ 4.275,00; e 05.252.941/0001-36 - STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, itens 5 e 6, valor R\$ 218.124,90 (duzentos e dezoito mil cento e vinte e quatro reais e noventa centavos).

Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras ([0596486](#)). Valor total do certame R\$ 571.003,85 (quinhentos e setenta e um mil três reais e oitenta e cinco centavos). Os itens **3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos.

Mediante o Parecer Jurídico nº 210/2020 ([0602068](#)), a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação ([0596486](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes especificados no referido Parecer Jurídico. Ainda, reafirmou a possibilidade de a Administração optar, nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18, pela adjudicação destas cotas reservadas fracassadas às licitantes vencedoras das respectivas cotas principais, com fulcro § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/subtópico 8.13 do Edital nº 29/2020, observados o interesse público da contratação; e pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Inicialmente, importa registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0596484](#)). Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Pois bem. Conforme relatado, os **itens 3, 8, 9, 12, 15, 16, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação, consoante opinativo da AJDG, tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação, com base no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 e, nos casos dos itens 15, 16, 17 e 18 (cotas reservadas para ME/ EPP), também poderão ser adjudicados aos licitantes vencedores das cotas principais.

Desta forma, como bem observado pelo Pregoeiro, no Relatório 61/202, nos termos do **§ 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15**, o edital deverá prever a possibilidade de adjudicação ao vencedor da cota principal ou, caso haja recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado na cota principal, quando não houver vencedor para cota reservada. Informa que, dos itens fracassados, alguns são cotas reservadas para ME/EPP, a saber:

- Item 15 é cota do item 4 (face shields)
- Item 16 é cota do item 5 (álcool 70 gel)
- Item 17 é cota do item 6 (álcool 70 líquido)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Item 18 é cota do item 7 (lenço em sachê)

Observa-se que no item 8.13 o Edital do Pregão Eletrônico n. 29/2020 previu que "na hipótese de não haver vencedor(es) para as cotas reservadas para ME/EPP, estas poderão ser adjudicadas ao(s) vencedor(es) da(s) cota(s) principal(is)".

Contudo, o sistema comprasnet não possui operacionalização dessa possibilidade, conforme explicado pelo Pregoeiro. Assim, a adjudicação do objeto fracassado às vencedoras das cotas principais será feita apenas nestes autos, as quais expressamente manifestaram interesse, conforme eventos [0596714](#), [0596718](#) e [0596732](#), por provocação do Pregoeiro.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018 e com fulcro no **§ 2º do art. 8º do Decreto 8.538/15 c/csubtópico 8.13 do Edital nº 29/2020**, esta diretora-geral ADJUDICA as cotas reservadas fracassadas da seguinte forma: item 15 à empresa INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PLASTICAS EIRELI; item 16 e 17 à empresa STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI e item 18 à empresa ASTRA CIENTIFICA EIRELI e, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 29/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0596486](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Encaminhem-se o feito à Unidade solicitante para **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços para contratação dos itens **3, 8, 9, 12**. Ademais, acolhe a recomendação da AJDG, no sentido de investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 09/10/2020, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos